

# **Incluir diferenças (re)produzindo desigualdades?**

## **Os limites da democracia deliberativa habermasiana através de um olhar crítico sobre a obra de Iris Marion Young<sup>1</sup>**

Léa Tosold<sup>2</sup>

**Resumo:** Considerando que o projeto de democracia deliberativa desenvolvido com base na obra do filósofo alemão Jürgen Habermas enfrenta uma série de questionamentos em relação a seu suposto potencial transformador das desigualdades estruturais – tanto de ordem socioeconômica quanto com base em gênero, raça etc. –, este paper procura entender por que Iris Marion Young, uma das teóricas políticas mais sensíveis ao problema da persistência das desigualdades estruturais na sociedade, se apropriou da teoria deliberativa habermasiana como potencialmente transformadora de tal realidade. Através de um olhar crítico à obra de Young, o objetivo é lançar luz sobre os limites da democracia deliberativa habermasiana em superar o problema da (re)produção de desigualdades estruturais. A análise aponta que, apesar das substanciais modificações propostas por Young, a persistência da dicotomia entre reconhecimento e redistribuição subjacente a seu modelo revela-se constitutiva do próprio projeto da democracia deliberativa e, portanto, de seus limites no combate às desigualdades estruturais persistentes na sociedade.

**Palavras-chave:** Iris Marion Young, Jürgen Habermas, democracia comunicativa, desigualdades estruturais.

---

<sup>1</sup> Preparado para o II Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, para apresentação na mesa "Jürgen Habermas: Justiça e Comunicação. Reflexões teóricas e empíricas", em 27 de abril de 2012.

<sup>2</sup> Doutoranda no Departamento de Ciência Política da USP.

## Introdução

O projeto de democracia deliberativa desenvolvido com base na obra do filósofo alemão Jürgen Habermas enfrenta uma série de questionamentos em relação a seu suposto potencial transformador das desigualdades estruturais – tanto de ordem socioeconômica quanto com base em gênero, raça etc. – existentes na sociedade. Em especial, teóricas políticas feministas<sup>3</sup> e adeptxs do que se convencionou chamar de pluralismo agonístico<sup>4</sup> – que buscam mostrar a centralidade da expressão de conflitos como própria do processo democrático – tendem a ser céticos quanto à possibilidade de o procedimento deliberativo – que privilegia o diálogo – vir a alterar de maneira substancial as estruturas de desigualdade que regem a sociedade.

Diante desse quadro parece ser no mínimo paradoxal que Iris Marion Young, uma das teóricas políticas mais sensíveis ao problema da persistência das desigualdades estruturais na sociedade, tenha se apropriado da teoria deliberativa habermasiana como potencialmente transformadora de tal realidade. Já presente em *Justice and the Politics of Difference*, seu interesse pela democracia deliberativa foi sendo paulatinamente ampliado a ponto de Young chegar a desenvolver um modelo alternativo de deliberação, denominado “democracia comunicativa”<sup>5</sup>. Tal modelo, antenado com as críticas de teóricas feministas à obra de Habermas, propõe modificações ao projeto habermasiano que Young viu como fundamentais para que a democracia deliberativa pudesse manter-se sensível às demandas dos grupos marginalizados e oprimidos da sociedade.

O objetivo deste capítulo é, através de um olhar crítico à obra de Young, lançar luz sobre os limites da democracia deliberativa habermasiana em superar o problema da (re)produção de desigualdades estruturais. Será mostrado que, ao priorizar um

---

<sup>3</sup> Cf. por ex. Nancy Fraser, ‘Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy’ (*Social Text* 25/26, 1990, pp. 56-80), e Hannah Pitkin, ‘Justice: On Relating Public and Private’ (*Political Theory* 9, 1981, pp. 327-52).

<sup>4</sup> Cf. entre outros Chantal Mouffe, ‘Deliberative Democracy or Agonistic Pluralism’ (2000) e *The Return of the Political* (New York, Verso, 2003), bem como Bonnie Honig, *Political Theory and the Displacement of Politics* (New York, Cornell Univ. Press, 1993).

<sup>5</sup> A proposta desse modelo foi primeiramente publicada em 1996 no livro editado por Seyla Benhabib *Democracy and Difference: Contesting the Boundaries of the Political*, sob o título ‘Communication and the Other: Beyond Deliberative Democracy’ (Princeton, Princeton Univ. Press), e posteriormente desenvolvida em *Inclusion and Democracy*, publicado em 2000 (Oxford, Oxford Univ. Press).

enfoque no processo deliberativo na esfera pública, Young acaba se afastando de um combate genuíno às desigualdades estruturais, apesar das substanciais modificações propostas por ela ao modelo habermasiano de deliberação<sup>6</sup>.

O capítulo está estruturado da seguinte maneira. Primeiro, procura-se entender o que atrai Young ao projeto habermasiano. Em seguida, são mostradas as alterações que Young acredita serem necessárias no processo deliberativo, tal qual proposto originalmente por Habermas. Conforme veremos, subjacente à proposta de Young encontra-se a dicotomia entre reconhecimento e distribuição, explicitada na tensão entre a manutenção da alteridade dos grupos a serem incluídos no processo de deliberação, por um lado, e a possibilidade de realização de justiça social através do procedimento deliberativo, por outro. A partir dessa análise, conclui-se que tal dicotomia é constitutiva do próprio projeto da democracia deliberativa e, portanto, reveladora não só de seus limites no combate às desigualdades estruturais persistentes na sociedade, mas também de seu potencial (re)produtor de tais desigualdades.

## **1. O potencial da democracia deliberativa habermasiana segundo Iris Marion Young**

Em *Justice and the Politics of Difference*, uma das grandes contribuições de Young foi desenvolver uma concepção de opressão social sensível a formas de opressão que extrapolam o aspecto econômico<sup>7</sup>. O problema da distribuição de recursos, que a autora denomina *exploitation*, é apenas uma de cinco diferentes “faces” da opressão. O fenômeno também se expressa pelo que Young define como *marginalization*, *powerlessness*, *cultural imperialism* e *violence*. *Marginalization* refere-se à maneira como certos grupos da sociedade são “expelidos” da participação na vida social e, portanto, estão sujeitos à deprivação e até mesmo ao extermínio (YOUNG, 1990: 53). *Powerlessness* remete à falta de “autoridade” e “respeitabilidade” social que certos grupos da sociedade enfrentam, o que condiciona a própria capacidade de os indivíduos se desenvolverem. Um exemplo de

---

<sup>6</sup> Esta tese corrobora as críticas feitas à Iris Marion Young por Jane M. Drexler e Michael Hames-Garcia, ‘Disruption and Democracy: Challenges to Consensus and Communication’, bem como por Luis Felipe Miguel, ‘Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu’ (*Revista de Sociologia e Política* 18 (36), 2010, pp. 25-49).

<sup>7</sup> Cf. *Justice and the Politics of Difference*, Princeton, Princeton University Press, 1990, pp. 48-64.

*powerlessness* seria a maneira como, no Brasil, o não domínio da variante linguística tida como “oficial” acaba por deslegitimar o próprio conteúdo da fala de indivíduos pertencentes a certos grupos da sociedade. Outra face da opressão é o que Young denomina *cultural imperialism*, a saber, a universalização das experiências e da cultura de certos grupos como norma, decorrente do domínio que exercem sobre os meios de interpretação e comunicação na sociedade (YOUNG, 1990: 59). O *cultural imperialism* tem como consequência a estigmatização e inferiorização de determinados grupos sociais, vistos como “desvio” da norma, bem como a invisibilização de suas experiências. Por último, Young inclui *violence* como forma de opressão, entendida não meramente como violência individual, mas sistemática, pois se baseia na permissibilidade ou aceitação social da violência contra indivíduos pertencentes a determinados grupos da sociedade. Um exemplo seria o constante temor que homossexuais e transgêneros sentem de vir potencialmente a ser vítimas de violência no espaço público por conta de sua orientação sexual.

A partir dessa concepção mais ampla de opressão, é possível afirmar que a redistribuição de bens e recursos não é condição suficiente para reverter as desigualdades sociais. Nas palavras de Young:

The injustice of exploitation cannot be eliminated by redistribution of goods, for as long as institutionalized practices and structural relations remain unaltered, the process of transfer will re-create an unequal distribution of benefits. (YOUNG, 1990: 53)

Tal sensibilidade para fatores que perpetuam a desigualdade para além do aspecto socioeconômico desperta o interesse de Young pela democracia deliberativa. Isso porque o foco que a teoria democrática habermasiana confere ao diálogo na esfera pública e à maneira como tal diálogo deve funcionar para produzir resultados justos e legítimos é visto por Young como uma oportunidade de sugerir maneiras de alterar o modo de funcionamento das instituições sociais a fim de que elas não mais “re-criem”, por si mesmas, desigualdades estruturais. Por exemplo, conforme afirma Habermas em *Die Einbeziehung des Anderen*:

[...] os direitos subjetivos, que devem garantir às mulheres a realização autônoma de sua vida pessoal, não podem vir a ser mensurados adequadamente antes de que as próprias mulheres tenham

articulado e legitimado, através de um debate público, quais são, dentro dos casos típicos, as perspectivas relevantes que condicionam formas igualitárias ou desiguais de tratamento. (HABERMAS, 1999: 305)<sup>8</sup>

Tal afirmação abre margens para se pensar em formas do processo de deliberação que sejam inclusivas das diferenças no espaço público.

## **2. “Democracia comunicativa”: refinando o projeto deliberativo habermasiano do ponto de vista da inclusão das diferenças**

Dadas as considerações sobre as distintas maneiras em que a perpetuação de desigualdades ocorre na sociedade a partir do conceito de opressão, e atendida com as críticas feministas ao projeto de deliberação proposto por Habermas (cf. por ex. FRASER, 1990; PITKIN, 1981), Young percebe dois problemas centrais na teoria do filósofo alemão, a saber: (i) a suposição de que a imparcialidade na esfera pública seria possível<sup>9</sup>; e (ii) a suposição de que os arranjos institucionais em que se dá o processo de deliberação seriam neutros. Como explicita a autora:

Deliberative theorists tend to assume that bracketing political and economic power is sufficient to make speakers equal. This assumption fails to notice that the social power that can prevent people from being equal speakers derives not only from economic dependence or political domination but also from an internalized sense of the right one has to speak or not to speak, from the devaluation of some people’s style of speech and the elevation of others. (YOUNG, 1996: 122)

Ou seja, Young procura mostrar que os arranjos institucionais em que se dá a deliberação, em uma sociedade marcada por profundas desigualdades estruturais, produzem por si sós necessariamente resultados distorcidos, visto que tendem a privilegiar discursos e formas de expressão típicas dos grupos dominantes da

<sup>8</sup> No original: “[...] die subjektiven Rechte, die Frauen eine privatautonomie Lebensgestaltung gewährleisten sollen, können gar nicht angemessen formuliert werden, wenn nicht zuvor die Betroffenen selbst in öffentlichen Diskussionen die jeweils relevanten Hinsichten für die Gleich- und Ungleichbehandlung typischer Fälle artikuliert und begründen” (HABERMAS, 1999: 305).

<sup>9</sup> Existe um amplo debate em filosofia sobre a (im)possibilidade de imparcialidade na esfera pública. Teóricas feministas dedicaram grande atenção em mostrar como as ideias de imparcialidade e neutralidade acabam por reforçar a dominação masculina, o que, para os propósitos deste ensaio, tomo como convincente. Para uma discussão ampliada ver Iris Marion Young, *Justice and the Politics of Difference* (op. cit., capítulo 4); Seyla Benhabib e Drucila Cornell (eds.), *Feminism as Critique* (Cambridge, Polity, 1987); Carol Gilligan, *In a Different Voice: Psychological Theory and Women’s Development* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1982).

sociedade sob aparência de neutralidade, excluindo *ex ante* os que não detêm esse *social power* do processo de deliberação<sup>10</sup>.

Assim, além de não possuir recursos materiais ou dispor de tempo livre para o processo de deliberação, grupos marginalizados da sociedade têm dificuldade de expressar ou sequer vir a formular seus interesses em arranjos institucionais que privilegiam o modo de fala dos grupos dominantes da sociedade. O estudo de Amy Gutmann, que mostra que apenas a abertura à participação de grupos menos privilegiados mantendo os arranjos institucionais existentes dentro do sistema escolar acabou por ampliar – em vez de diminuir – a segregação, serve como base para o argumento de Young (GUTMANN, 1980: 191-202 *apud* YOUNG, 1990: 93). Isso porque, segundo o estudo de Gutmann, o fato de os brancos – grupo dominante – serem mais numerosos, materialmente privilegiados e *articulados* que os negros acarretou que seus interesses pudessem ser promovidos dentro das estruturas tradicionais de participação “against Black’s just demand for equal treatment in an integrated system” (YOUNG, 1990: 184), conforme argumenta Young.

Para solucionar o problema da reprodução da desigualdade inerente aos arranjos institucionais que regulam o processo de deliberação, em sociedades marcadas por amplas desigualdades, Young propõe, através do que denomina “democracia comunicativa”, não só (i) a inclusão da representação de grupos marginalizados no processo de deliberação, como também (ii) uma mudança dos arranjos institucionais a fim de que estes sejam mais sensíveis aos diferentes modos de expressão de perspectivas na sociedade.

Mais concretamente, Young “expande” a democracia deliberativa para incluir, além do argumento crítico racional, também o que ela denomina *greeting, rhetoric e storytelling* (YOUNG, 1996). *Greeting* foca na importância de formas de saudação que geram empatia, confiança e reconhecimento dx outrx no processo deliberativo. *Rhetoric* é um recurso que visa situar contextualmente aqueles que fala em relação à

---

<sup>10</sup> Em seu texto ‘Activist Challenges to Deliberative Democracy’ (*Philosophy of Education*, 2001, pp. 41-55), Young critica Habermas por não haver dado espaço no desenvolvimento de sua teoria deliberativa para considerações que ele mesmo havia feito anteriormente, em seu texto ‘On Systematically Distorted Communication’ (*Inquiry* 13, 1970, pp. 205-18), sobre a maneira como a comunicação distorcida afeta a legitimidade dos processos políticos.

audiência<sup>11</sup>. E *storytelling*, por sua vez, invoca o uso de narrativas como maneira poderosa de gerar empatia e dar a conhecer as outras diferentes experiências e valores.

Assim, a ideia de Young é, através de tais recursos, acolher no processo deliberativo outras formas de expressão que não passam diretamente pelo argumento racional, mas são extremamente relevantes a fim de permitir que discursos não dominantes tenham voz e outras perspectivas sociais possam ser compartilhadas e se fazer conhecer. São modificações institucionais que pretendem transformar o espaço da deliberação em uma arena mais inclusiva e menos geradora de distorções que perpetuam desigualdades estruturais.

### **3. Avaliando a proposta deliberativa de Young à luz do problema da persistência de desigualdades estruturais**

Ainda que a preocupação com os arranjos institucionais já esteja presente em sua obra desde *Justice and the Politics of Difference*, nota-se uma importante mudança de foco a partir do momento em que Young propõe seu modelo de democracia comunicativa, tal qual acima explicitado, em 1996<sup>12</sup>, e posteriormente consolidado, em 2000, em *Inclusion and Democracy*. É nesse ponto que se concentram as críticas ao projeto deliberativo de Young.

Em *Justice and the Politics of Difference*, Young parece apostar que a melhor maneira de combater as distorções institucionais do processo deliberativo é assegurar que grupos subalternos possam formular autonomamente seus interesses em uma sociedade marcada pelas diversas “faces” de opressão<sup>13</sup>. Assim, nesse primeiro momento, ela sugere que:

[...] group representation implies institutional mechanisms and public resources supporting (1) self-organization of group members so that they achieve collective empowerment and a reflective understanding

---

<sup>11</sup> Com esse recurso, Young opõe-se abertamente à distinção que Habermas faz entre argumento racional e retórica. Cf. James Bohman, ‘Emancipation and Rhetoric: The Perlocutions and Illocutions of the Social Critic’, *Philosophy and Rhetoric* 21 (3), 1988.

<sup>12</sup> Cf. ‘Communication and the Other: Beyond Deliberative Democracy’, op. cit.

<sup>13</sup> Embora principalmente conhecidas a partir da publicação de *Justice and the Politics of Difference*, tais propostas já haviam sido publicadas um ano antes, em 1989, em artigo intitulado ‘Polity and Group Difference: A Critique of the Ideal of Universal Citizenship’ (*Ethics*, 99 (2), pp. 250-74).

of their collective experience and interests in the context of the society; (2) group analysis and group generation of policy proposals in institutionalized contexts where decisionmakers are obliged to show that their deliberations have taken group perspectives into consideration; and (3) group veto power regarding specific policies that affect a group directly. (YOUNG, 1990: 184)

Já em ‘Communication and the Other: Beyond Deliberative Democracy’ e, posteriormente, em *Inclusion and Democracy*, em vez de focar no fortalecimento autônomo dos grupos marginalizados e oprimidos como pressuposto para a deliberação, Young procura – através de *greeting*, *rhetoric* e *storytelling* – desenvolver mecanismos para que os próprios arranjos institucionais possam ser mais receptivos da expressão de diferentes perspectivas sociais, entendidas principalmente como fonte de *social knowledge*, isto é, uma espécie de recurso que garantiria que os resultados do processo de deliberação fossem o menos distorcidos possíveis.

Tal mudança de enfoque não se trata apenas de um desenvolvimento da proposta original de representação de grupos sugerida por Young em *Justice and the Politics of Difference*. Ela procura responder às críticas à sua proposta original, acusada de minar o próprio processo de deliberação através da “imposição arbitrária” de interesses dos grupos subalternos na esfera pública<sup>14</sup>. Em especial, sua sugestão de “poder de veto” para grupos subalternos em relação a políticas públicas que lhes afetem diretamente seria, segundo críticos, a expressão mais evidente de como o projeto original de Young minaria a possibilidade de um diálogo na esfera pública – e, conseqüentemente, a própria possibilidade de existência de uma comunidade política – através da imposição unilateral e hierárquica de interesses que não teriam, *a priori*, a necessidade de ser justificados deliberativamente (cf. por ex. BARRY, 2001: 12; 302).

Diante de tais críticas e convencida da importância – e inevitabilidade – da expressão da diferença no espaço público, Young procurou mostrar que a

---

<sup>14</sup> A fim de evitar tal problema, Habermas, em sua teoria, mantém a distinção entre público e privado e, conseqüentemente, entre *kommunikatives Handeln*, que seria aberto à modificação e autocrítico, e *strategisches Handeln*, que levaria à manipulação e distorções na comunicação (cf. HABERMAS, 1995: 369-452). Conforme Habermas afirma: “Kommunikatives Handeln zeichnet sich gegenüber strategischen Interaktionen dadurch aus, dass alle Beteiligten illokutionäre Ziele vorbehaltlos verfolgen, um ein Einverständnis zu erzielen, das die Grundlage für eine einvernehmliche Koordinierung der jeweils individuell verfolgten Handlungspläne bietet” (HABERMAS, 1995: 398).

representação dos grupos subalternos não implica a impossibilidade de diálogo e deliberação conjunta.

Em um primeiro momento, ela argumenta que parcialidade é diferente de “egoísmo” (*selfishness*) e que, na arena pública, o processo de deliberação leva sempre a que cada uma das partes expresse sua perspectiva particular em forma de *claims of justice*, transformando “what I want” em “what I am entitled to” (PITKIN, 1981: 347 *apud* YOUNG, 1990: 107). Em suas palavras, “individuals or groups cannot simply assert that they want something; they must say that justice requires or allows that they have it” (Young, 1989: 415). Dessa forma, a inclusão da parcialidade na esfera pública não encorajaria a expressão de *self-interest* (YOUNG, 1989: 415), mas sim de solidariedade, visto que a deliberação na esfera pública é uma espécie de processo dialógico reflexivo, em que cada uma das partes é levada não só a conhecer a perspectiva dx outrx, mas também a procurar localizar sua própria experiência a partir da identificação com x outrx, gerando empatia e, conseqüentemente, ampliando os laços que mantêm uma comunidade política coesa.

Mas que motivos grupos sociais com interesses por vezes tão distintos a ponto de não compartilhar minimamente de um *common ground* teriam para entrar em um processo de deliberação conjunta? A fim de contornar esse problema é que Young, em um segundo momento, apresenta a expressão da parcialidade na esfera pública como fonte de *social knowledge*. Dessa maneira, a expressão da parcialidade, em vez de meramente configurar a asserção de interesses até então excluídos da esfera pública (conforme proposto em *Justice and the Politics of Difference*), passa a ser invocada como a própria condição legitimadora do processo de deliberação. Trata-se de um *Klugheitsargument* (argumento prudencial): quanto maior o número de diferentes perspectivas sociais no processo de deliberação, menor será a distorção dos resultados da deliberação e, portanto, maior legitimidade terá o procedimento deliberativo.

É por essa razão que a sugestão de introduzir *greeting, rhetoric* e *storytelling* tem como objetivo não apenas alterar os arranjos institucionais de maneira a se tornarem mais inclusivos da expressão de diferenças no espaço público, mas também propiciar condições favoráveis para que o próprio diálogo na esfera pública possa vir a ter lugar. Afinal, tais mecanismos visam gerar a empatia necessária para garantir o

diálogo e o entendimento e inibir a emergência de conflito na ausência de um *common ground* anterior ao processo de deliberação.

Tendo em conta essas considerações, pode-se argumentar que Young, na realidade, não rejeita a ideia de imparcialidade como um todo<sup>15</sup>, mas confere a ela um significado negativo ao apelar em favor da inclusão da parcialidade na esfera pública a fim de neutralizar a própria parcialidade que a condiciona, dada a existência de desigualdades estruturais na sociedade. Como bem observa Luis Felipe Miguel (2010), Young migra da ideia original de representação de interesses, expressa em *Justice and the Politics of Difference*, para a ideia de representação de perspectivas sociais<sup>16</sup> dos grupos subalternos da sociedade, a partir de ‘Communication and the Other: Beyond Deliberative Democracy’. Dito de outra maneira, ela migra da ideia da expressão genuína de interesses dos oprimidos e marginalizados através do exercício de sua autonomia para a ideia da expressão do “ponto de vista que os membros de um grupo têm sobre processos sociais por causa de sua posição neles” (YOUNG, 2000: 137 *apud* MIGUEL, 2010: 29). Tal mudança de foco na proposta deliberativa de Young visa evitar conflitos que poderiam surgir a partir de um confronto direto de interesses divergentes na esfera pública lançando mão da ideia de que as diferentes perspectivas sociais que informam o processo deliberativo são, por assim dizer, “complementares” e não conflituosas (MIGUEL, 2010).

É possível entender, à luz da mudança de foco na obra de Young aqui explicitada, o motivo da crítica de teóricxs, notavelmente xs adeptxs do pluralismo agonístico, ao modelo de democracia comunicativa. Apesar das substanciais e significativas mudanças propostas ao modelo habermasiano de deliberação, tendo em vista a elaboração de um procedimento democrático sensível ao problema das desigualdades estruturais, a necessidade de Young manter a compatibilidade do projeto de democracia deliberativa com a inclusão de diferenças no espaço público

---

<sup>15</sup> A imparcialidade que Young rejeita refe-se antes ao apelo a valores supostamente imparciais estabelecidos previamente ao processo de deliberação no espaço público. Cf. também a crítica de Young à “posição original” de John Rawls em *Justice and the Politics of Difference*, *op. cit.*, p. 104.

<sup>16</sup> O desenvolvimento do conceito de perspectiva social na obra de Iris Marion Young está intrinsecamente relacionado ao problema da definição de grupos sociais, ou seja, ao problema de se manter por ex. gênero enquanto categoria social legítima sem incorrer em essencialismo. Para uma discussão dessa problemática, cf. Léa Tosold, ‘Do problema do essencialismo a outra maneira de se fazer política: retomando o potencial transformador das políticas de diferença’, *Mediações* 15 (2), 2010, pp. 166-83.

parece comprometer a própria crítica que ela elabora a esse projeto, afastando-a de um combate genuíno às desigualdades estruturais. Isso porque a necessidade de evitar a emergência do conflito, a fim de manter a possibilidade de deliberação na esfera pública, levou a que Young alterasse sua noção dos meios necessários para o combate às desigualdades estruturais. Se antes, em *Justice and the Politics of Difference*, a criação de um *heterogenous public*, em que os grupos da sociedade pudessem se organizar autonomamente, era condição *sine qua non* para a realização de justiça social, em *Inclusion and Democracy* é a própria manutenção da possibilidade de deliberação na esfera pública, na qual diversas perspectivas sociais devem ser incluídas, que se torna condição *sine qua non* para a realização de justiça social. Assim, a justiça passa a ser derivada dos compromissos estabelecidos no processo deliberativo realizado da maneira menos distorcida possível, dada a inclusão das diferenças, e não da garantia de precondições que possibilitem a formação autônoma dos interesses de grupos que sofrem diversas formas de opressão na sociedade.

Ao focar na maneira como o processo deliberativo deve funcionar, em detrimento do desenvolvimento autônomo dos marginalizados e oprimidos, Young corre o risco, como afirma Chandra Mohanty, de passar a focar mais em “psychologically based notions of prejudice rather than historically sensitive understandings of structural inequality”, identificando racismo e sexismo como “individualized terms to behavioral modification rather than calling for collective political action” (MOHANTY, 2003: 209). Dessa maneira, o processo deliberativo, em vez de levar à alteração das condições de desigualdades estruturais, passa a operar de maneira a perpetuá-las, visto que se evita o conflito a fim de garantir o funcionamento do processo deliberativo.

Dado que a justiça social só pode ser realizada a partir do procedimento deliberativo, a necessidade de garantir a viabilidade do funcionamento do processo de deliberação ganha precedência em relação à própria efetivação de justiça social. Isso implícita, conseqüentemente, que a igualdade social não é condição necessária para o funcionamento da democracia. A alocação de recursos para o desenvolvimento autônomo dos indivíduos, que Young propõe em um primeiro momento como precondição para a própria possibilidade de deliberação, acaba, em um segundo momento, deixando de ter prioridade, visto que é antes a partir da realização da

deliberação em condições ideais (a inclusão do maior número possível de perspectivas sociais) que se pode atingir a justiça social.

Nesse ponto, torna-se evidente o paradoxo inerente ao projeto deliberativo de Young. Se, em face das múltiplas formas de opressão, os grupos subalternos têm dificuldade em formular seus próprios interesses, como pode a inclusão de diferentes perspectivas sociais no espaço público de deliberação preceder o fortalecimento da autonomia desses grupos? Partir de um processo deliberativo que pressupõe a expressão de diferentes perspectivas sociais a fim de se gerar justiça social, antes do fortalecimento da autonomia dos grupos subalternos, mina a própria possibilidade de o procedimento deliberativo funcionar sem distorções.

Young percebe o problema de se manter a alteridade dos sujeitos políticos no processo de deliberação, mas seu compromisso com o projeto deliberativo leva a que ela desconecte tal problema da questão da justiça social. Em seu lugar, Young passa a discorrer sobre o problema de preservar a alteridade sem cair na incomensurabilidade, isto é, sem minar a possibilidade de diálogo na esfera pública. Por exemplo, ao descrever como deve funcionar o recurso de *storytelling* em ‘Communication and the Other: Beyond Deliberative Democracy’, Young argumenta:

[...] narrative reveal the particular experiences of those in social locations, experiences that cannot be shared by those situated differently but that they must understand in order to do justice to the others. Imagine that wheelchair-bounded people at a university make claims upon university resources to remove what they see as impediments to their full participation, and to give them positive aid in ways they claim will equalize their ability to compete with able-bodied students for academic status. A primary way they make their case will be through telling stories of their physical, temporal, social, and emotional obstacles. It would be a mistake to say that once they hear these stories the others understand the situation of the wheelchair-bound to the extent that they can adopt their point of view. On the contrary, the storytelling provides enough understanding of the situation of the wheelchair-bound by those who can walk for them to understand that they cannot share the experience. (YOUNG, 1996: 131)

É interessante perceber como, nessa passagem, Young procura afirmar que é possível gerar um entendimento da experiência dx outrx através do compartilhamento

de sua experiência pessoal, por um lado, e, ao mesmo tempo, manter o caráter único da experiência pessoal daquelx que a vive, por outro. A intenção é assegurar a possibilidade de diálogo entre grupos com distintas perspectivas sociais sem cair na incomensurabilidade, isto é, sem pressupor que é impossível gerar recursos para a deliberação a partir da expressão de uma determinada perspectiva social. Simultaneamente, a alteridade daquelx que compartilha uma experiência precisa ser preservada pois, se sua experiência particular pudesse ser compreendida na totalidade por aquelxs que a ouvem, não seria mais necessária a inclusão de diferentes perspectivas para o bom resultado da deliberação, visto que outrxs poderiam deliberar em seu lugar, o que Young quer evitar. Com esse intuito, ela recorre à distinção entre *entendimento* – a apreensão parcial de uma experiência enquanto recurso para viabilizar a deliberação – e *identificação* – a “indistinção” entre x portadorx da perspectiva e daquelx com quem sua experiência é compartilhada (YOUNG, 1996).

De maneira similar, Young procura garantir a alteridade argumentando contra a ideia – comum entre defensorxs da democracia deliberativa – de que a deliberação deve produzir consensos. Isso porque, ainda que um dos princípios da democracia deliberativa seja que xs participantes possam trocar e/ou construir novos posicionamentos durante o processo de deliberação, a ideia de consenso pressupõe que, com a prática da democracia procedimental, as diferentes perspectivas tendam a se tornar cada vez mais similares. Tal ideia minaria a alteridade que Young pretende preservar. Assim, ela prefere operar com a noção de formulação temporária de compromissos no lugar de formação de consensos. No entanto, negar a ideia de consenso tem seu contraponto: torna-se ainda mais difícil justificar os motivos pelos quais diferentes grupos sociais entrariam em um processo de diálogo na esfera pública.

Esse conflito que Young enfrenta dentro do paradigma deliberativo só torna mais evidente que a própria lógica operante da democracia deliberativa parece implicar – conforme afirma Sara Ahmed – que “the identification of justice and radical otherness would be a logical impossibility” (AHMED, 1986: 89). A própria existência plena da alteridade fica comprometida pelo princípio de que apenas através do processo deliberativo faz-se possível gerar justiça social. É, portanto, da impossibilidade de realizar conjuntamente, no paradigma da democracia deliberativa,

a expressão genuína das diferenças e a superação das desigualdades estruturais na sociedade que a despolitização das demandas por diferença ocorre e a realização de plena justiça social permanece apenas um sonho inatingível.

#### **4. Considerações finais: superando a dicotomia entre demandas por justiça e demandas por diferença**

As considerações deste capítulo apontam para a necessidade de se romper a polarização entre demandas por justiça e demandas por diferença no espaço público. Como coloca Ahmed:

Recognizing that power inequalities already position what can happen in cases of discursive conflict means that justice may only be made possible by varying procedures that require the structural delimitation of differences as a value. That is, if difference is to be realizable, then certain institutional or structural transformations in the distribution of resources need to take place. (AHMED, 1996: 89-90)

O gérmen para tal empreendimento se encontra na origem da proposta de Young, tal qual expressa em ‘Polity and Group Difference: A Critique of the Ideal of Universal Citizenship’ e em *Justice and the Politics of Difference*. Embora o comprometimento de Young com a teoria deliberativa habermasiana tenha inibido o desenvolvimento desse projeto, conforme aponta a análise aqui apresentada, no fim de sua vida, em texto intitulado ‘Activists Challenges to Deliberative Democracy’, Young explicitou, por meio de um hipotético diálogo entre um ativista e uma teórica defensora da democracia deliberativa, os limites de tal projeto, posicionando-se ao lado do ativista ao legitimar que este prefira “confront rather than engage in discussion with people the movement’s members disagree with” (YOUNG, 2001: 41). Isso porque, de acordo com Young:

The activist is suspicious of exhortations to deliberate, because he believes that in the real world of politics, where structural inequalities influence both procedures and outcomes, democratic processes that appear to conform to norms of deliberation are usually biased toward more powerful agents. The activist thus recommends that those who care about promoting greater justice should engage primarily in critical oppositional activity, rather than attempt to come to agreement with those who support or benefit from existing power structures.

(YOUNG, 2001: 41)

Nancy Fraser, em sua pertinente análise da concepção de esfera pública em *Strukturwandel der Öffentlichkeit*, de Habermas, convincentemente argumenta, consoante a crítica feminista da separação entre esfera pública e esfera privada<sup>17</sup>, que um dos problemas com essa concepção é justamente:

[...] the assumption that it is possible for interlocutors in a public sphere to bracket status differentials and to deliberate “as if” they were social equals; the assumption, therefore, that societal equality is not a necessary condition for political democracy. (FRASER, 1990: 62)

Young já havia apontado que não apenas é impossível ignorar a presença real das diferenças na esfera pública, como também se faz necessário politizá-las se queremos que as desigualdades estruturais sejam combatidas. A partir das considerações deste capítulo, é possível ir além e concluir que evitar a emergência do conflito na esfera pública, tal qual demanda o projeto de democracia deliberativa, já exclui de antemão questões fundamentais que necessitam ser tematizadas se há real interesse em se romper com a persistência das desigualdades estruturais na sociedade. Por mais inclusivos, igualitários e representativos da sociedade que sejam os procedimentos no processo de deliberação, por mais próxima de uma situação ideal que o processo deliberativo venha a tomar corpo, ainda assim as desigualdades estruturais na sociedade estão sendo re-criadas e perpetuadas através dele, pois se procura abafar a possibilidade de conflito a fim de não abrir mão do projeto de democracia deliberativa.

Em face à existência de desigualdades estruturais, o próprio projeto de democracia fica comprometido. Segundo William Scheuerman (1999), Habermas não assume a radicalidade potencial que sua teoria implica ao deixar de apontar a necessidade de igualdade substancial como pré-condição para que a democracia deliberativa possa vir a ter lugar. É sabido que, para Habermas, não temos controle, por exemplo, do sistema que rege o mercado. Assim, tudo o que podemos fazer – tal qual o conceito habermasiano *Belagerung*<sup>18</sup> explicita – é resistir à colonização do mundo da vida através de uma esfera pública fortalecida. Daí a resistência de

<sup>17</sup> Cf. por ex. Carole Pateman, *The Dis-order of Women*, Cambridge: Polity Press, 1989.

<sup>18</sup> Tal qual desenvolvido em *Theorie des Kommunikativen Handels*, op. cit.

Habermas a apontar possíveis precondições para a democracia deliberativa que não se limitem à própria dimensão da esfera pública. No entanto, ao afirmar que a justiça social pode ser conseguida, ou mesmo ampliada, exclusivamente com base no procedimento deliberativo, mesmo sob a ausência de precondições necessárias para que o debate público possa vir a ter lugar, o projeto de democracia deliberativa corre o risco de acabar se tornando, ele mesmo, um instrumento que re-cria e legitima a persistência de desigualdades estruturais na sociedade, em vez de nos ajudar a resistir à colonização do mundo da vida.

### **Bibliografia**

Ahmed, S., 'Beyond Humanism and Postmodernism: Theorizing a Feminist Practice', *Hypatia*, 11 (2), 1996, pp. 71-93.

Barry, B., *Culture and Equality*. Cambridge, Polity, 2001.

Benhabib, S. e D. Cornell (eds.), *Feminism as Critique*. Cambridge, Polity, 1987.

Bohman, J. 'Emancipation and Rhetoric: The Perlocutions and Illocutions of the Social Critic', *Philosophy and Rhetoric*, 21 (3), 1988.

Dean, J., *Solidarity of Strangers: Feminism after Identity Politics*. University of California Press, London, 1996.

Drexler, J. M. e M. Hames-Garcia, 'Disruption and Democracy: Challenges to Consensus and Communication', *The Good Society*, 13 (2), 2004, pp. 56-60.

Fraser, N., 'Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy', *Social Text*, 25/26, 1990, pp. 56-80.

Gilligan, C., *In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1982.

Gutmann, A., *Liberal Equality*. Cambridge, Cambridge University Press, 1980.

Habermas, J., 'On Systematically Distorted Communication', *Inquiry*, 13, 1970, pp. 205-18.

—, *Strukturwandel der Öffentlichkeit*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 2001 [1962].

—, *Theorie des kommunikativen Handelns: Handlungsrationalität und gesellschaftliche Rationalisierung* (Band 1). Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1995.

—, *Die Einbeziehung des Anderen: Studien zur politischen Theorie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1999.

Honig, B., *Political Theory and the Displacement of Politics*. New York, Cornell University Press, 1993.

Miguel, L. F., 'Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu', *Revista de Sociologia e Política*, 18 (36), 2010, pp. 25-49.

Mohanty, C. T., *Feminism without Borders: Decolonizing the Practicing of Solidarity*. Duke University Press, 2003.

Mouffe, C., 'Deliberative Democracy or Agonistic Pluralism'. Paper presented at the Institut für Höhere Studien (IHS), Viena, dezembro de 2000. Disponível em: [http://www.ihs.ac.at/publications/pol/pw\\_72.pdf](http://www.ihs.ac.at/publications/pol/pw_72.pdf) [acesso em 20.5.2011].

—, *The Return of the Political*. New York, Verso, 2003.

Pateman, C. *The Dis-order of Women*, Cambridge: Polity Press, 1989.

Pitkin, H., 'Justice: On Relating Public and Private', *Political Theory*, 9, 1981, pp. 327-52.

Scheuerman, W. E., 'Between Radicalism and resignation: democratic theory in

Habermas's *Between Facts and Norms*', in *Habermas: Critical Essays*. P. Dews (ed.), Oxford, Blackwell, 1999.

Tosold, L. 'Do problema do essencialismo a outra maneira de se fazer política: retomando o potencial transformador das políticas de diferença', *Mediações*, 15 (2), 2010, pp. 166-83.

Weir, A. 'Global Feminism and Transformative Identity Politics', *Hypatia*, 23 (4), 2008, pp. 110-33.

Young, I. M., 'Polity and Group Difference: A Critique of the Ideal of Universal Citizenship', *Ethics*, 99, 1989, pp. 250-74.

—, *Justice and the Politics of Difference*. Princeton, Princeton University Press, 1990.

—, 'Together in Difference: Transforming the Logic of Group Political Conflict', in *The Rights of Minority Cultures*. W. Kymlicka (ed.), Oxford University Press, New York, 1995, pp. 155-176.

—, 'Communication and the Other: Beyond Deliberative Democracy' in *Democracy and Difference: Contesting the Boundaries of the Political*. S. Benhabib (ed.), Princeton University Press, Princeton, 1996, pp. 120-35.

—, 'Asymmetrical Reciprocity: On Moral Respect, Wonder and Enlarged Thought', in *Intersecting Voices: Dilemmas of Gender, Political Philosophy, and Policy*. Princeton University Press, Princeton, 1997, pp. 38-59.

—, *Inclusion and Democracy*. Oxford University Press, Oxford, 2000.

—, 'Activists Challenges to Deliberative Democracy', *Philosophy of Education*, 2001, pp. 41-55.